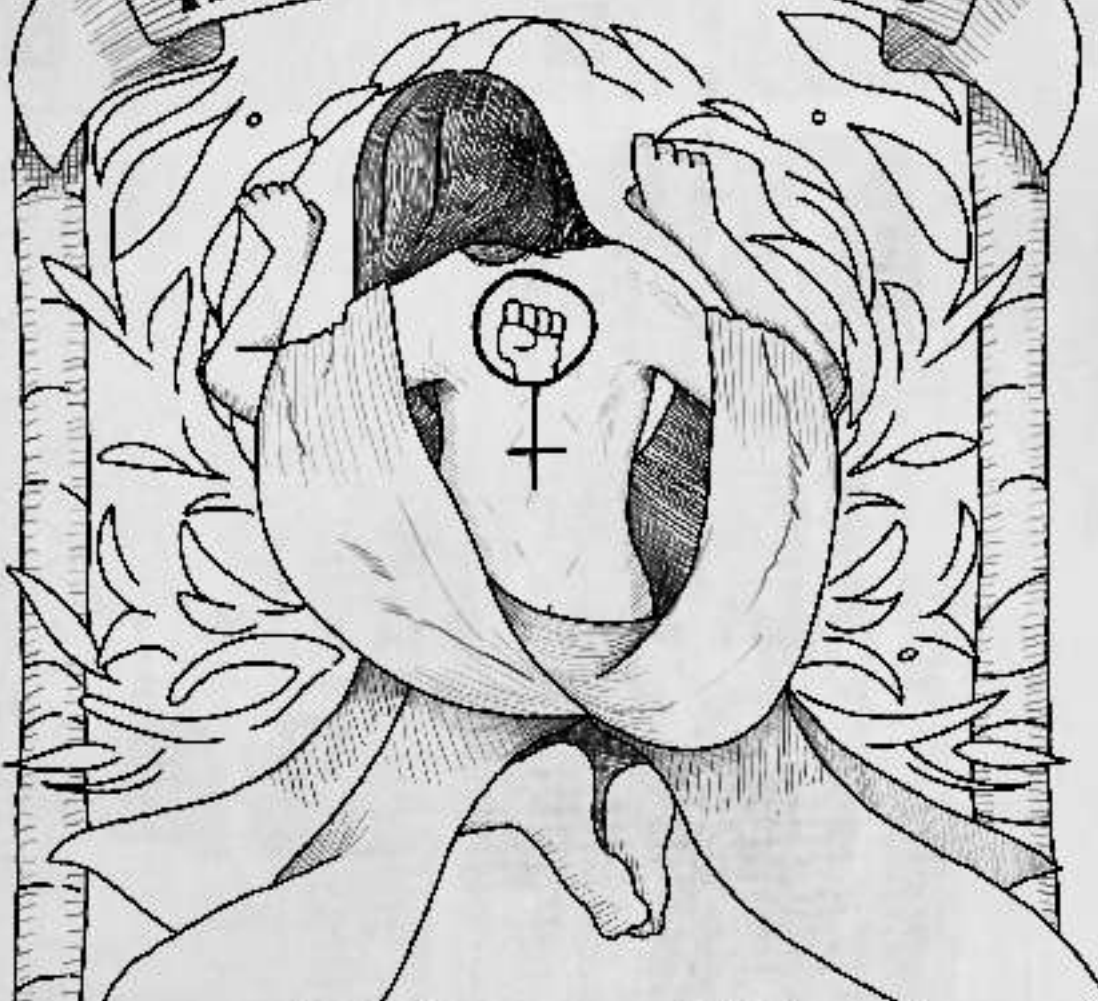


A luta feminista



no Brasil

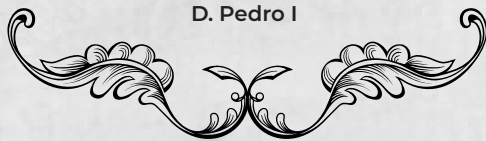
LINHA DO TEMPO

1827

O Imperador D. Pedro I, em 15 de Outubro, assina uma lei que permite às mulheres frequentarem as chamadas “escolas de primeiras letras”, as quais consistiam em uma iniciativa régia de institucionalização do ensino brasileiro a época. Essa foi a primeira legislação a liberar o acesso das mulheres à escola.



D. Pedro I





Escola de Primeiras Letras



Art. 1.º Em todas as Cidades, Villas, e Lugares mais populosos haverão as Escolas de Primeiras Letras, que forem necessarias.

Art. 6.º Os Professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações d' Arithmetica, pratica de quebrados, decimaes, e proporções, as noções mais geraes de Geometria pratica, a Grammatica da Lingoa Nacional, e os principios da Moral Christã, e da Doutrina da Religião Catholica, e Apostolica Romana, proporcionados á comprehensão dos meninos; preferindo para as Leituras a Constituição do Imperio, e a Historia do Brasil.

Art. 11.º Haverão Escolas de Meninas nas Cidades, e Villas mais populosas, em que os Presidentes, em Conselho, julgarem necessario este estabelecimento.

Art. 12.º As Mestras, além do declarado no Art. 6.º, com exclusão das noções de Geometria, e limitando a instrução da Arithmetica só ás suas quatro operações, ensinarão tambem as prendas, que servem á economia domestica; e serão nomeadas pelos Presidentes, em Conselho, aquellas mulheres, que sendo Brasileiras, e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na fórma do Art. 7.º

Art. 13.º As Mestras vencerão os mesmos ordenados, e gratificações concedidas aos Mestres.

1830

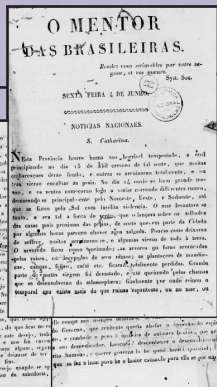
A cerca da educação das brasileiras, podia-se ler o trecho a seguir publicado no periódico “O Mentor das Brasileiras”, um jornal voltado ao público feminino da província de Minas Gerais:

(...) É portanto muito necessário que desde a infância comecem as meninas a ser educadas nas escolas públicas para que melhor se possam desarraigar os erros introduzidos em seus espíritos ainda débeis.

Nele, o autor ainda destaca as principais problemáticas que surgiram com a autorização das mulheres fre-

quentarem o sistema público de ensino, ao invés da educação doméstica:

Em primeiro lugar, (...) costuma-se dizer que as meninas sendo instruídas nas escolas públicas podem bem facilmente perder a pureza de costumes pela comunicação com suas iguais de quem se não pode assegurar sempre a boa morigeração; e, em segundo lugar, preocupava (...) que a mocidade se atrase nas escolas por muitas razões que expõe.¹



O Mentor das Brasileiras

O Mentor das Brasileiras



“Por que [os homens] se interessam em nos separar das ciências a que temos tanto direito como eles, senão pelo temor de que partilhemos com eles, ou mesmo os excedamos na administração dos cargos públicos, que quase sempre tão vergonhosamente desempenham?”²



1832



Nesse ano, a educadora, escritora e poetisa potiguar **Dionísia Gonçalves Pinto** publicava, sob o pseudônimo de “Nísia Floresta”, a obra “Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens”, uma tradução livre de “Woman Not Inferior to Man”, de Mary Wortley Montagu. O livro é tido

como um pilar do feminismo brasileiro devido ao seu conteúdo de defesa da igualdade entre homens e mulheres, com a afirmação de que essas são capazes de assumir os mesmos cargos que aqueles, até mesmo os de liderança. Nísia foi extremamente relevante no florescimento do feminismo no Brasil, tendo sido a primeira mulher a contestar publicamente o mito de superioridade

do homem, e no desenvolvimento da instrução feminina: em sua escola, instalada no Rio de Janeiro, sob o nome “Colégio Augusto”, ensinava às mulheres ciências naturais e sociais, matemática, música e dança, bem como escrita e leitura de português, francês e italiano. Em um contexto no qual as meninas aprendiam essencialmente conhecimentos domésticos, como etiqueta, costura e as virtudes morais de uma boa mãe e esposa, a atitude de Nísia foi revolucionária.



Dionísia Gonçalves Pinto

1852

1871

É criado o primeiro jornal feito por e para mulheres: o “Jornal das Senhoras”. Entre as suas publicações estavam a defesa de que a educação feminina não deveria ficar restrita apenas ao aprendizado de piano e bordado. O Jornal das Senhoras foi o estopim para o surgimento de outros jornais semelhantes, tais como o “Bello Sexo”, em 1862, e “O Sexo Feminino”, em 1873.



O Jornal das Senhoras

Assinada pela Princesa Isabel, é promulgada nesse ano a Lei Rio Branco (Lei 2040/1871), conhecida como “Lei do Ventre Livre”, a qual estabelecia que os filhos de mulheres escravas nasceriam livres.



Princesa Isabel



1879

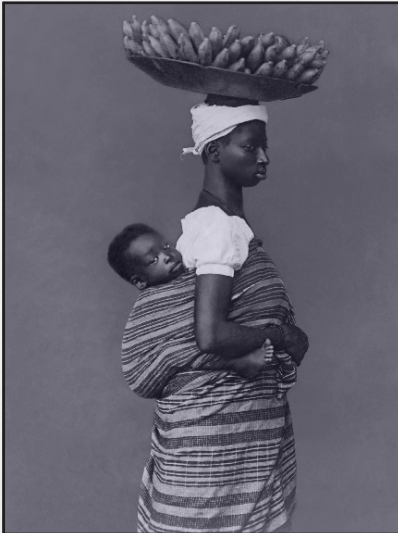
Lei do Ventre Livre

Artigo 1.º Os filhos da mulher escrava, que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre.

2.º Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade de seus senhores de seus pais, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de sete annos completos.

3.º Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indemnização de seiscentos mil réis, ou de utilisar-se dos serviços do menor até a idade de vinte e um annos completos.

Imperio Leopoldo Augusto



Mulher negra com criança às costas

Em 19 de Abril de, é instaurado o Decreto nº 7.247, o qual permitia o acesso das mulheres à faculdade. Entretanto, mesmo depois com essa legalização, muitas mulheres enfrentaram o obstáculo do machismo ao ingressarem em cursos superiores.

DECRETO N. 7247 DR 19 DE ABRIL DE 1879

REFORMA O ENSINO PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO DO MUNICÍPIO DA CORTE E O SUPERIOR EM TODO O IMPÉRIO

Hei por bem que os regulamentos da instrução primária e secundária do município da Corte, os dos exames de preparatórios nas provincias, e os estatutos das faculdades de direito e de medicina e da Escola Politécnica se observem de accordo com as seguintes disposições, das quais não serão executadas antes da aprovação do poder legislativo as que trouzerem aumento de despesa ou dependem de autoctização do mesmo poder.

Art. 1.º H' completamente livre o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império, salva a inspeção necessária para garantir as condições de moralidade e hygiene.

§ 1.º Para que esta inspeção possa ser exercida, são obrigados os professores que mantiverem aulas ou cursos e os directores de quaisquer estabelecimentos de instrução primária ou secundária:

1.º A comunicar, dentro de um mês da abertura dos mesmos, o local em que elles funcionem, se recebem alunos internos, semi-externos ou somente externos, as condições de admissoão ou matriculo, o programa do ensino e os professores encarregados delle. Esta communicação será feita ao inspector geral da instrução pública.

2.º A prestar todas as informações que pelas autoridades competentes lhes forem requisitadas.

1885



Chiquinha aos 18 anos



Chiquinha aos 47 anos

Em 1885, Francisca Edwiges Neves Gonzaga, a célebre **Chiquinha Gonzaga**, se tornou a primeira maestrina brasileira. Considerada uma mulher a frente de seu tempo, Chiquinha desafiou o machismo e tomou atitudes revolucionárias, tais como se separar do marido, um oficial da Marinha Mercante, quando esse tentou fazê-la desistir da música. Esse episódio gerou a expulsão de Chiquinha de casa pela família e a proibição de levar consigo dois dos

seus três filhos. Porém, apesar das dificuldades que enfrentou, ela consagrou-se como compositora, pianista, regente e a primeira mulher à reger uma orquestra no Brasil. Em um contexto caracterizado pela submissão feminina aos rígidos valores patriarcais que regiam o Rio de Janeiro imperial, os esforços de Chiquinha foram essenciais para abrir portas anteriormente fechadas às mulheres no mundo musical e fora dele.





(17 de Outubro de 1847 - 28 de Fevereiro de 1935)



Capa de partitura para Francisca Gonzaga feita por Bordalo em 1877



1887

Rita Lobato Freitas entra para a história como a primeira mulher a receber o diploma de medicina no Brasil e a segunda na América Latina (a primeira foi a médica chilena Eloisa Dias Inzunza, em 1866). Formada na Faculdade de Medicina da Bahia, Rita foi vítima de hostilidade e preconceito tanto de colegas quanto de professores, mas sua persistência levou-a à conquista do título de primeira médica brasileira.

Não coincidentemente, seu tcc foi focado no feminino: a operação cesariana.

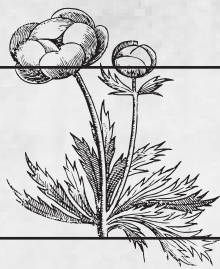


Selo Brasileiro 1967



Rita Lobato

1910



Em 09 de Junho de 1910 nasce **Patrícia Galvão**, a Pagu, uma das mais ferrenhas defensoras da igualdade de gênero no Brasil da época. Escritora, jornalista, artista e militante, Pagu nasceu em uma família burguesa, mas tornou-se comunista, ingressou no PCB e se afastou da sua classe social de origem. No auge dos seus 20 anos, incendiou o bairro do Cambuci em protesto contra o governo provisório e comandou uma greve de estivadores em Santos, motivo esse pelo qual foi presa, tornan-

do-se a primeira presa política da história brasileira. Ao longo de sua vida, ainda iria para a prisão mais 23 vezes, tendo sido ainda vítima das violentas torturas da ditadura varguista.



Pagu



Pagu, Rudá e Oswald de Andrade



Pagu na exposição de Tarsila do Amaral no Rio de Janeiro

Pagu advogou fortemente pelas causas feministas, defendendo o direito das mulheres que se comportarem do modo que desejassem. O seu próprio comportamento já expressava a sua forte personalidade e valores: fumava, bebia e falava palavrões em público, vestia roupas justas e transparentes, cortava os cabelos e manteve diversos relacionamentos amorosos. Dona de uma vida cheia de polêmicas, Pagu casou-se já grávida de seis meses, desquitou-se (termo legal utilizado an-

tes da instituição do divórcio) em 1934 de Oswald de Andrade, seu primeiro marido, foi morar sozinha e, na década de 50, disputou uma vaga de deputada estadual em São Paulo.



Integrantes do Partido Republicano Feminino fazem passeata no Rio, entre 1910 e 1920



Em dezembro de 1910, à partir de uma congregação de 27 mulheres lideradas pela professora **Leolinda Daltro**, é fundado o Partido Republicano Feminino, que visava impulsionar a integração feminina na política. O grupo era conhecido como “as sufragettes”, uma referência ao termo cunhado por Charles E. Hands para descrever pejorativamente as militantes radicais do movimento sufragista na Inglaterra. O PRF reivindicava a emancipação das mulheres e o direito ao voto, esse que apenas seria regulamentado em 1932, por Getúlio Vargas.



Leolinda Daltro

— O feminismo que eu preguei e defendi com enormes sacrifícios, não visava directamente a conquista de postos de representação.

Não tínhamos ambições pessoais. Queríamos, antes de tudo, dar à mulher um lugar melhor na sociedade, como elemento de progresso, libertando-a, tanto quanto possível, da escravidão e da situação de inferioridade em que vivia.

Leolinda sobre o feminismo, em 1934

Votem, para a Constituinte em

LEOLINDA DE FIGUIEREDO DALTRO



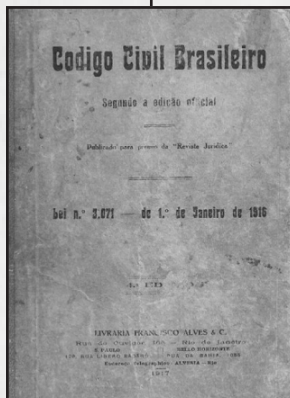
Professora catedrática municipal jubilada, Directora da Escola de Ciências, Artes e Profissões Orsina da Fonseca. Foi a mulher brasileira que iniciou a campanha pelo direito de voto, há cerca de 18 annos. É a grande e desermida batalhadora de todas as causas nacionaes! Ninguém melhor que ella, poderá representar a Mulher Brasileira na Constituinte.

A sua campanha feminista precedeu á de todas as senhoras que se apresentam como leaders do feminismo.

Foi quem levantou, de longa data, no Brasil, a idéa do direito politico da Mulher.

Leolinda Daltro foi candidata pelo Partido Nacional do Trabalho para deputada constituinte em 1933, mas não se elegeu

1916



Código Civil de 1916

O Código Civil de 1916 estabelece um papel subserviente às mulheres, definindo-as como dependentes do pai e do marido, sem qualquer autonomia perante a sociedade e a família (ambas pautadas em estruturas patriarcais). Sendo assim, as mulheres estavam sujeitas permanentemente

às aprovações ou proibições das figuras masculinas e não podiam exercer atividades da vida civil de forma independente, devendo ser sempre assistidas ou controladas pelo pai, figura à quem deviam obediência quando menores, ou pelo marido, aquele que assume as “rédeas” da vida feminina após o casamento.



Maria Lacerda de Moura

1918

Maria Lacerda de Moura publica o livro “Em Torno da Educação”, em que defende a educação como uma ferramenta de emancipação das mulheres do patriarcado. Em suas obras seguintes, a escritora afirma, entre diversos outros assuntos, a necessidade de lutar pelo direito das mulheres à cidadania, instrução, amor e casamento por livre escolha, bem como condena a redução das mulheres ao papel de meras procriadoras e a legitimação da inferioridade feminina na sociedade.

1919

Também teve um papel marcante na luta pela educação sexual e pela libertação sexual feminina, sendo crítica da burguesia pela hipócrita e repressiva moralidade sexual dessa e anunciando o casamento monogâmico como uma estrutura que beneficiava exclusivamente os homens.

É aprovada pela Conferência do Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho (OIT) uma resolução de equiparação salarial entre homens e mulheres que exerciam a mesma função.



Livro escrito por Maria Lacerda de Moura



Participantes da CIM em Fevereiro de 1919



1920 1927



Inspirada pelos movimentos sufragistas que marcam a primeira onda do feminismo no mundo, é fundada a “Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher”, uma das mais importantes associações na luta pelos direitos femininos no Brasil, liderada por **Bertha Lutz**, célebre personagem do feminismo brasileiro. Quatro anos mais tarde, essa liga se torna a “Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”.

O Rio Grande do Norte aprova a Lei Estadual 660/1927, que garantia o direito de voto às mulheres. A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino tenta expandir esse direito para todos os estados.



Bertha ao lado de Marie Curie e Irene Joliot-Curie, no Museu Nacional, 1926



Bertha Lutz

1928

com a nova lei promulgada no RN, **Celina Guimarães**, se torna a primeira mulher na América Latina a se alistar para o voto.

É criada a Comissão Interamericana de Mulheres (CMI), a qual visava a união das mulheres do continente americano em prol da educação e do sufrágio feminino. Atu-

almente, a CMI conta com 34 países das Américas. A já citada Bertha Lutz foi eleita vice-presidente dessa comissão entre os anos de 1953 e 1959.



Celina Guimarães



Bertha Lutz na IX Assembleia da Comissão Interamericana de Mulheres

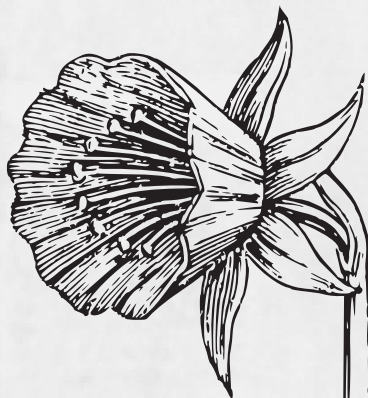


1929

Alzira Soriano é eleita, nesse ano, com 60% dos votos para a prefeitura do Rio Grande do Norte, consagrando-se como a primeira prefeita na América Latina.



Alzira Soriano



Posse de Alzira Soriano como prefeita em 1929

1930



Bertha Maria Júlia Lutz se empenhou pela aprovação da legislação que outorgou o direito às mulheres de votar e de serem votadas. Sucessora de Leolinda Daltro, fundadora da primeira escola de enfermeiras do Brasil, Bertha Lutz organizou o primeiro congres-

so feminista do país e, na Organização Internacional do Trabalho (OIT), discutiu problemas relacionados à proteção do trabalho da mulher. Candidata, em 1933, pela Liga Eleitoral Independente, a uma vaga na Assembleia Nacional Constituinte de 1934, pelo

Partido Autonomista do Distrito Federal, Bertha não conseguiu se eleger. Mas obteve a primeira suplência no pleito seguinte e acabou assumindo o mandato de deputada na Câmara Federal em julho de 1936, devido à morte do titular, Cândido Pessoa.



I Conferência pelo Progresso Feminino

1931 1932

A década de 1930 viu um aumento na publicação de revistas e jornais feministas, como a “Revista Feminina”, que ajudou a disseminar ideias feministas e promover discussões sobre igualdade de gênero.



Revista Feminina n° 189



Entre 19 e 20 de julho de 1931, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro uma conferência que se concentrou em debates sobre questões trabalhistas, bem como na proteção das mães e da infância, na promoção da educação integral e na instrução das mulheres.

Em 24 de fevereiro de 1932, o decreto nº 21.076 foi promulgado, estabelecendo no artigo 2 que todo cidadão maior de 21 anos era eleitor, independentemente do gênero, marcando assim a aprovação do sufrágio feminino.



Excursão das participantes do II Congresso Internacional Feminista ao Recreio dos Bandeirantes no Rio de Janeiro

1934



Antonieta de Barros é eleita a primeira mulher negra deputada estadual no Brasil



O direito feminino ao voto é assegurado pelo Código Eleitoral



1935



Maria José Salgado Lages, primeira mulher eleita da Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas





1936



Participantes do III Congresso Nacional Feminista em audiência com o presidente Getúlio Vargas



Pagu presa em São Paulo

1943

Com o processo de redemocratização ocorrido entre 1943 e 1945, as mulheres saíram às ruas em defesa da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, contra o nazifascismo e à favor da anistia dos presos políticos brasileiros detidos desde a Intentona Comunista de 1935. Com o término da Segunda Guerra Mundial, a onda global de liberdade circula o mundo e a democracia brasileira é restaurada.



Mulheres na Segunda Guerra Mundial





Foi aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a qual introduziu diversas medidas de proteção às trabalhadoras. Alguns desses dispositivos foram revogados após cumprir seus propósitos, enquanto outros permaneceram e foram acres-

cidos. Dentre as principais medidas destacam-se: estabilidade no emprego durante a gravidez e até cinco meses após o nascimento do filho, licença-maternidade de 120 dias, possibilidade de alteração de função durante a gravidez, se necessá-

rio, para garantir a saúde da mãe e do bebê, afastamento de atividades consideradas insalubres, equidade salarial e igualdade de oportunidades e proibição de divulgações de vagas de emprego que excluam mulheres.



Atrizes marcham contra a censura do governo, em 1968



1946

Eleições foram convocadas, e o processo político foi reinstaurado. As mulheres envolvidas no movimento operário ressurgiram na vida política, e organizações femininas floresceram, particularmente no Rio de Janeiro e São Paulo. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) se reestruturou e participou ativamente da vida eleitoral. O PCB elegeu deputados para a Assembleia Nacional Constituinte de 1946 e para as eleições estaduais de 1947. Notavelmente, Zuleika Alambert, foi

eleita deputada estadual em São Paulo, marcando um avanço importante na representação das mulheres na política brasileira.



Zuleika Alambert



1948

No entanto, a elite brasileira estava preocupada com a possibilidade de conflitos de classe e, em 1948, a Lei Federal nº 211, datada de 7 de janeiro, cassou o registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e revogou os mandatos de seus deputados. Esse retrocesso político não impediu que o processo democrático no Brasil continuasse a avançar de maneira irregular e as mulheres

ligadas ao PCB, juntamente com outras que também acreditavam nos ideais da esquerda, optaram por se organizar. Elas fundaram a Federação de Mulheres do Brasil, sob a liderança de **Alice Tibiriçá** (1886-1950), uma figura de enorme prestígio. Além de seu envolvimento político, foi a criadora do Dia das Mães no país e das celebrações do Dia Internacional da Mulher. A Federação de Mulheres

do Brasil foi estabelecida como uma entidade que acolhia diversas correntes de pensamento de esquerda e desempenhou um papel importante na promoção dos direitos das mulheres e na articulação de suas demandas, apesar do cenário político desafiador da época.



Alice Tibiriçá



1950

Nas eleições ocorridas em 3 de outubro de 1950, **Ivete Vargas** foi eleita como deputada federal pelo estado de São Paulo. Ela representava o Partido dos Trabalhadores do Brasil (PTB) e, à época, notavelmente, era a única mulher na Câmara Federal, apesar de ter apenas 23 anos de idade.



Ivete Vargas

Apesar da criação de Departamentos Femininos ou Alas Femininas em certos partidos políticos durante os anos 1950, essas estruturas geralmente se limitavam a apoiar os papéis tradicionais atribuídos às mulheres, em vez de advogar por reivindicações específicas relacionadas à sua condição. Uma notável exceção foi a Federação de Mulheres do Brasil, que desempenhou um papel proeminente durante a primeira metade dessa década.

1953

Após a morte de Alice Tibiriçá, a organização foi dirigida por **Branca Fialho**. A atuação da Federação seguia a linha do Partido Comunista Brasileiro (PCB), embora de maneira independente. Participou ativamente da greve dos 300 mil em 1953, bem como da Passeata da Panela Vazia, lutando por aumentos no salário mínimo e contra o aumento do custo de vida.





Branca Fialho

Jornal com manchete
sobre a Greve dos 300 Mil



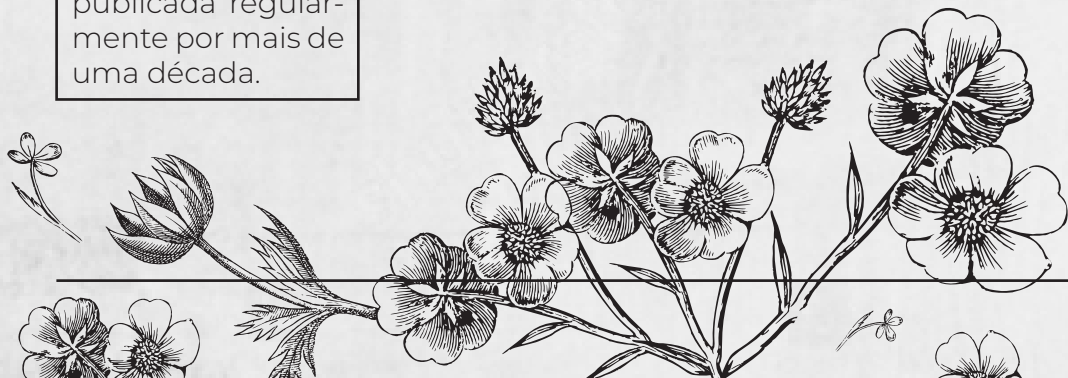
Passeata da
Panela Vazia



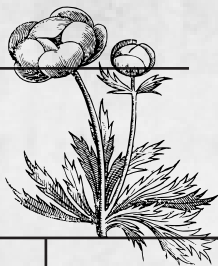
Dentro do contexto do PCB, foi estabelecida a revista “Momento Feminino”, que era direcionada para as mulheres. A revista foi editada pela socióloga **Fanny Tabak**, que defendia os direitos das mulheres trabalhadoras, incluindo salário igual para trabalho igual e a necessidade de creches. Além disso, a revista também promovia a causa da paz mundial, um marco do movimento comunista internacional e continuou a ser publicada regularmente por mais de uma década.



Revista Momento Feminino n° 110



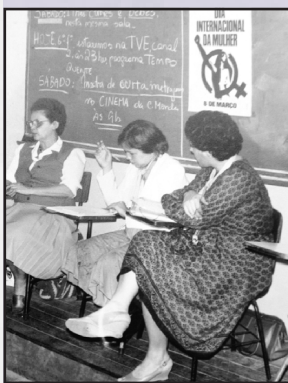
1954



Em termos gerais, nas organizações sindicais ou partidárias, os cargos de destaque ocupados por mulheres eram muitas vezes reservados para aquelas que possuíam laços familiares com políticos proeminentes. Nas eleições de 1954, houve a eleição de duas mulheres para a Câmara Federal: **Ivete Vargas** foi reeleita pelo PTB de São Paulo, enquanto **Nita Costa** (1907-1963) conquistou uma cadeira pelo PTB da Bahia.



Nita Costa



Fanny Tabak na fundação do Centro da Mulher Brasileira no Rio de Janeiro, em 1975

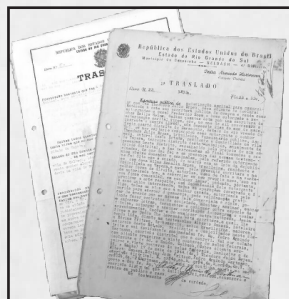
Devido ao fato de o PCB ser um partido ilegal na época, seus simpatizantes costumavam votar nos candidatos do PTB. No entanto, as mulheres que ocupavam cargos de destaque muitas vezes permaneciam em segundo plano, como foi o caso da deputada Ivete Vargas, que mantinha sua influência no cenário político petebista, em parte, devido à sua relação de parentesco com Getúlio Vargas.



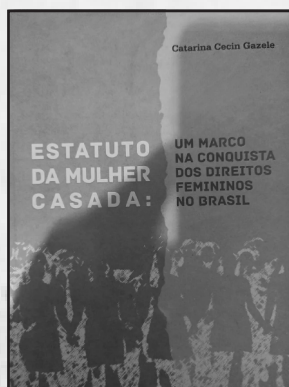
1960 1962

A Liga Feminina do Estado de Guanabara, fundada em 1960, foi uma liga dedicada não só a causa feminista, mas também a diversas outras causas sociais, como a reforma agrária. Porém as participantes foram sendo perseguidas pelo governo da ditadura militar, o que reduziu suas atividades nos anos seguintes.³

É aprovada o Estatuto da Mulher Casada, o estatuto aboliu diversas restrições que a mulher tinha, sendo praticamente dependentes de seus maridos, podendo trabalhar sem permissão do marido, viajar e ter guarda dos filhos após o divórcio, a mulher se torna mais próxima de independente do homem.



Autorização marital para que a mulher pudesse comerciar em nome próprio



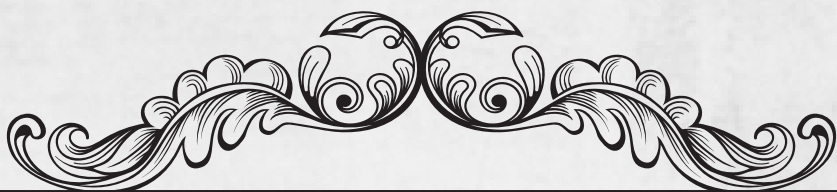
Livro de Catarina Cecin Gazele, de 2016



1965



○ voto feminino se torna obrigatório, assim como o dos homens.



Atos de rua e momentos internos de autocuidado

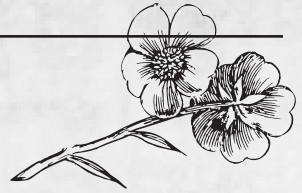
1974

A “Lei de Igualdade de Oportunidade de Crédito” foi passada, permitindo à mulher a obter cartões de crédito sem necessitar de um homem para assinar os seus contratos.



Mulheres colhem assinaturas pró-divórcio em Copacabana

1977



A lei do Divórcio é sancionada. Antes desta data, duas pessoas casadas eram juridicamente vinculadas até a morte, não permitindo sua separação e o casamento dos

ex-cônjuges com outras pessoas. O divórcio gerou o benefício das mulheres poderem escapar de relacionamentos abusivos sem comprometer seus direitos.

Lei do divórcio é sancionada e entra hoje em vigor



O Presidente Geisel sancionou em 16 de junho de 1977 a lei do divórcio, sancionada em 24 de junho de 1977. A lei do divórcio, sancionada em 24 de junho de 1977, estabelece a possibilidade de separação de pessoas casadas. A lei do divórcio, sancionada em 24 de junho de 1977, estabelece a possibilidade de separação de pessoas casadas. A lei do divórcio, sancionada em 24 de junho de 1977, estabelece a possibilidade de separação de pessoas casadas.

Geisel não falou sobre

Manchete aprovação da lei do divórcio

Primeiro divórcio foi de juíza de paz em Niterói

Marli frustrada: não é a primeira divorciada do País

Marli, 38 anos, casada com José Luís Ribeiro de Aguiar, 38 anos, foi a primeira mulher a conseguir a homologação de seu pedido de divórcio no Brasil — o mandato de averbação já está no cartório — a Juíza de Paz do Segundo Distrito de Niterói, Arletta Figueireda Henriques Silva de Aguiar, de 38 anos, já marcou a data de seu segundo casamento: 24 de junho de 1978. O marido é José Luís Ribeiro de Aguiar, com quem vive há cinco anos e a quem conheceu exatamente na data 24 de junho, há 25 anos.

Primeira mulher a conseguir a homologação de seu pedido de divórcio no Brasil — o mandato de averbação já está no cartório — a Juíza de Paz do Segundo Distrito de Niterói, Arletta Figueireda Henriques Silva de Aguiar, de 38 anos, já marcou a data de seu segundo casamento: 24 de junho de 1978. O marido é José Luís Ribeiro de Aguiar, com quem vive há cinco anos e a quem conheceu exatamente na data 24 de junho, há 25 anos.

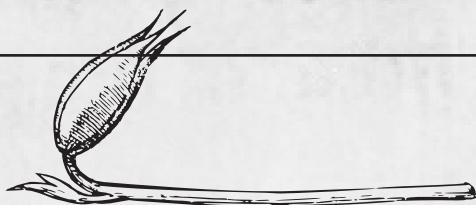


Mari e Maria Augusta, ex-divorciadas de Casagran

O Globo, em 1977



1979



Quatro mulheres: **Kasue Ueda, Ana Maria de Carvalho e Silva, Cristina Maria de Carvalho e Silva, Patrícia Maria de Carvalho e Silva** participaram do Campeonato Sul Americano de Judô usando nomes masculinos. Com suas participações, o Brasil conseguiu vencer o campeonato naquele ano. Esta vitória colaborou para a revogação do decreto-lei N° 3.199/1941, que proibia as mulheres de praticarem esportes “não condizentes com suas condições físicas”.⁴



Primeira equipe brasileira feminina de judô a participar de um evento internacional, no Uruguai, em outubro de 1979: Cristina, Kazue Ueda, Ana Maria e Patrícia

Trecho da matéria do jornal carioca 'A Batalha'



⁴ Dr.ª Ludmila Mourão, NARRATIVAS SOBRE O SUL AMERICANO DE JUDÔ DE 1979: A LEGALIZAÇÃO DO JUDÔ FEMININO NO BRASIL



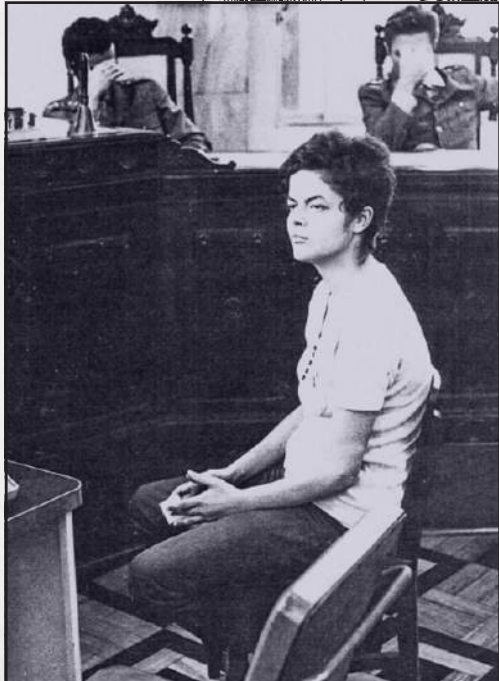
Jornal no Museu do Futebol



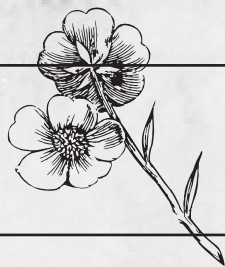
Notícia repudiando a participação da mulher no futebol



Dilma Rousseff, aos 22 anos, em novembro de 1970, no seu julgamento durante a Ditadura Militar



1982 1986



O 1º Encontro Nacional de Mulheres ocorre, reunindo mulheres de todo o Brasil em São Paulo.

Foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, um órgão colegiado brasileiro, vinculado ao ministério da justiça. O órgão foi criado logo após o fim da ditadura mili-

tar, devido a ação de militantes em prol da democracia e dos direitos da mulher. O conselho existe até hoje e agora é vinculado a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.



Encontro Nacional do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, em 26 de agosto



Neste ano também foi fundada a primeira Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher, delegacias especializadas em investigações para crimes contra a mulher logo abrem em todo o país.



Mulheres fazem comício Pró-Diretas em 1984



Rosmary Corrêa, Primeira titular da primeira Delegacia da Mulher no país

1988



É realizado o primeiro encontro nacional das mulheres negras no Rio de Janeiro, um encontro focado em levantar debates sobre o papel da mulher negra na sociedade brasileira e a interseccionalidade do movimento feminista.



Artigo da Magazine sobre a causa negra



Ato público na Cinelândia, Lélia Gonzalez discursa pelo Movimento Negro Unificado

A constituição cidadã, promulgada em 5 de outubro de 1988, foi extremamente importante para o movimento feminista, sendo feita logo após o regime militar no Brasil. A carta reconhece a igualdade de gênero como um princípio fundamental para a nação e revogou disposições discriminatórias em relação as mulheres.



Constituição de 1988



O presidente da Assembleia Constituinte de 1988, Ulysses Guimarães



1990

Nos anos 90 as mulheres exigiram uma participação maior na vida pública e assim conquistaram a obrigatoriedade dos partidos garantirem trinta por cento de mulheres candidatas ao legislativo. Durante essa década, teve grande destaque o feminismo popular, principalmente por causa das ações das ONGs, que pressionavam as autoridades na defesa de medidas que blindassem os direitos das mulheres e combatessem a violência. A institucionalização do movimento feminista levou aos poucos a perda de sua autonomia, pois tinham vínculos com agências de fomento e passaram a receber financiamento também do Estado, o que conduziu a dependência financeira para o desenvolvimento de projetos.



II Conferência Mundial sobre a Mulher, Copenhague

1995



Criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. (Lei nº 9.099/1995).

Nesse ano, ocorreu uma Conferência Mundial sobre a Mulher na China, o que teve grande influência na agenda de igualdade de gênero no Brasil.



IV Conferência Mundial sobre a Mulher, na China

1996

É outorgada a Lei do Planejamento Familiar (Lei nº 9.263/1996), a qual garante às mulheres o direito de informação e de acesso a métodos anticoncepcionais e estabelece diretrizes para o planejamento familiar.

O Congresso Nacional criou um sistema de cotas que obrigava os partidos a inscrever pelo menos 30% de mulheres nas chapas eleitorais.

2000

Ocorre a Primeira reunião nacional para constituir a Marcha Mundial das Mulheres.



Grupo de Mulheres na Marcha, 2000





Em luta contra o livre comércio



Marcha Mundial das Mulheres no Brasil com mulheres de 159 países



2002 2003 2005

A "Falta de virgindade" deixa de ser motivo para anular o casamento. Foi extinto o artigo que permitia que o homem anulasse o seu casamento caso a esposa não fosse virgem antes do matrimônio. (Lei 10.406/11)

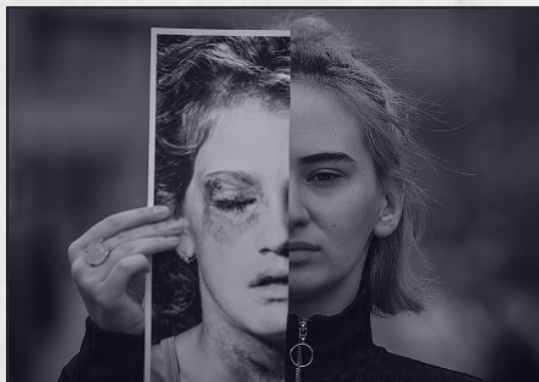
Em 2003 se tornou obrigatório notificar as violências contra a mulher caso ela seja atendida em serviços de saúde, públicos ou privados (Lei 10.778/25)



180 para denúncias

Foi criado o serviço gratuito de atendimento telefônico "Ligue 180", para que as mulheres brasileiras, pudessem receber orientações e denunciar situações de discriminação e violência de gênero.

Maria da Penha nas Escolas é aprovada em comissão



2004 2006

É criado o Protocolo de Palermo (Lei 5.017/15), um protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas contra o tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças.

É sancionada a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), em Agosto de 2006, a qual recebe seu nome em homenagem à biofarmacêutica **Maria da Penha Maia Fernandes**, a qual foi 2 vezes vítima de tentativas de assassinato pelo marido, tendo ficado

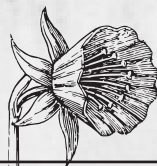
paraplégica em uma das ocasiões. Essa lei é considerada uma grande conquista e avanço, pois reconhece como crime a violência doméstica, e pode levar a uma pena de prisão ao agressor e garante proteção e assistência social a vítima.



Maria da Penha



2009 2010



A Lei nº 12.015 de 2009 estabelece punições para os crimes de estupro, violação sexual mediante fraude, assédio sexual, exploração sexual e tráfico de pessoas para fim de exploração sexual.

Em 31 de outubro de 2010 foi eleita a primeira Presidente Mulher do Brasil, **Dilma Rousseff**.

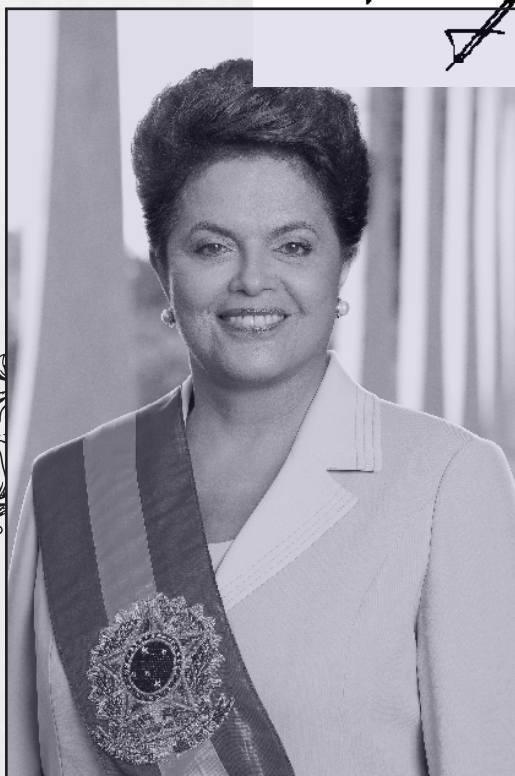
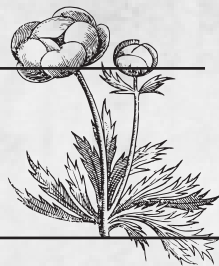


Foto oficial da ex-presidente Dilma Rousseff no dia de sua posse



2011



Chega ao Brasil a “Marcha das Vadias”, movimento Feminista originado em Toronto, marcando o início de uma onda de protestos e reivindicações contra o femi-

nicídio e a favor de mais direitos para as mulheres. O nome da marcha veio por causa de um acontecimento que ocorreu em uma universidade em Toronto, onde um poli-

cial comunicou as estudantes para não se vestirem “como vadias”, em prol de evitarem serem abusadas sexualmente, algo que vinha acontecendo no campus.



Primeiro protesto da Marcha das vadias, em Toronto



Marcha das Vadias, em Brasília





É realizada a 4º Edição da “Marcha das Margaridas”, criada em homenagem à **Margarida Maria Alves**, paraibana pioneira do feminismo camponês popular. Ela foi assassinada a tiros por mando de latifundiários da região. Essa marcha se realiza a cada 4 anos e é uma manifestação de mulheres trabalhadoras rurais de todo o Brasil, em busca de direitos sociais e contra a violência com as mulheres do campo.



Margarida Maria Alves



IV Marcha das Margaridas



Visão do Congresso Nacional na Marcha

2012

Em 17 de Maio de 2012 foi sancionada a Lei Joana Maranhão (12.650/2012), que visa aumentar o caso de prescrição do crimes sexuais cometido contra menores de idade. A contagem do prazo agora é a partir de quando a vítima faz 18 anos e não mais a partir da data do crime.

Em 30 de Novembro de 2012, a Lei Carolina Dieckmann (12.737/2012) tornou crime a invasão de aparelhos eletrônicos para obter dados particulares. Essa lei foi criada em homenagem a atriz **Carolina Dieckmann**, que teve suas fotos íntimas vazadas na internet.



Joana Maranhão



Carolina Dieckmann



2013

É criado o Programa Mulher: Viver sem Violência, o qual amplia as redes de serviços públicos para as mulheres que sofrem violência, com construção das “Casas da Mulher Brasileira”, um espaço de acolhimento para as mulheres que estão passando por esses abusos e a transformação do Ligue 180 para um canal de denúncia.



Cerimônia de lançamento do programa



Casa da Mulher Brasileira, em Brasília





02 de Abril de 2013

É aprovada a PEC das Domésticas, garantindo igualdade de direitos entre trabalhadores. Essa medida foi importante na vida de muitas mulheres, visto que 92% dos trabalhadores domésticos são mulheres (Segundo a pesquisa do IBGE 2020 - “Pesquisa Nacional por Amstras de Domicílios Contínua”).

01 de Agosto de 2013

Lei do Minuto Seguinte - O atendimento emergencial se torna obrigatório pelo SUS à mulheres vítimas de abuso sexual e também são obrigados a oferecer uma possibilidade de evitar a gravidez, via pílula do dia seguinte. (Lei 12.845/2013).

Senado aprova ampliação dos direitos das diaristas



2015

18 de Novembro de 2015

A Marcha da Mulheres negras entrega à presidente Dilma uma carta, que denunciava a dupla opressão que as mulheres negras sofrem pela sociedade e pelo Estado.



Ato história reúne mais de 50 mil em Brasília

Mulheres mobilizadas contra o racismo



2018

01 de Março de 2018

O STF aprova que pessoas transsexuais possam alterar o nome e o gênero apenas indo no cartório, sem precisar de comprovantes de cirurgia, laudos médicos ou terapia hormonal.

24 de Setembro de 2018

É promulgada a Lei da Importunação Sexual (13.718/2018), que criminaliza qualquer ato sexual na presença de uma pessoa que não tenha dado seu consentimento.



Campanha de conscientização contra a importunação sexual em ônibus

2019



16 de Fevereiro de 2019

Maria Júlia Coutinho

se torna a primeira jornalista negra a ocupar a bancada do Jornal Nacional.



Maria Júlia Coutinho



Glória Maria foi uma das primeiras jornalistas de destaque na TV Globo, começando sua carreira em 1970

2020

04 de Junho de 2019

Lei 13.836/2019: torna obrigatório avisar se a mulher vítima de violência é deficiente, podendo assim, aumentar a pena do agressor.

05 de Março de 2020

Primейro encontro nacional das Mulheres Sem Terra, em Brasília, onde foi debatido temas como capitalismo, agroecologia, patriarcado, racismo e vio-

lência. Organizado pelo MST e organizações parceiras. O encontro integrou a “Jornada Nacional de Lutas das Mulheres”, o qual teve mobilizações em todo o país.



Mulheres Sem Terra
em luta, Brasília



2021

31 de Março de 2021

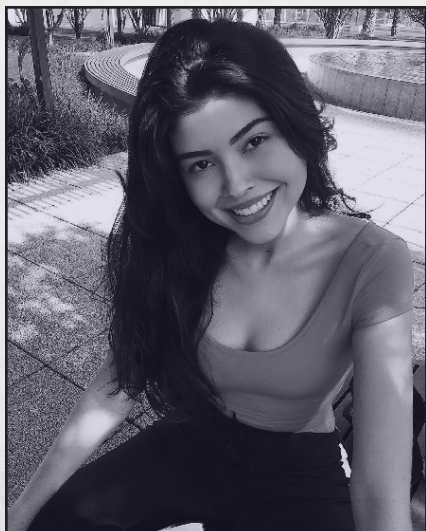
Lei Contra Lo Stalking (14.132/2021): torna crime o ato de stalkear (perseguir), como ameaçar fisicamente ou psicologicamente a vítima, ou impedir sua locomoção e invadir sua privacidade.

28 de Julho de 2021

Lei Contra Violência Psicológica (14.188/2021): criminaliza a violência psicológica contra a mulher, com pena de 6 meses a 2 anos de prisão e multa.

22 de Novembro de 2021

Lei Maria-Ferrer (14.245/2021) Lei em homenagem a **Mariana Ferrer**, vítima de um abuso sexual e de um processo judicial que explorou a violência institucionalizada. A lei puni os atos contra a dignidade de vítimas de abusos sexuais e dos testemunhos do processo durante julgamentos.



Mariana Ferrer



2022

Erika Hilton (PSOLSP) e **Duda Salabert** (PDT-MG), primeiras deputadas federais trans.



Erika Hilton

Duda Salabert



2023



21 de Setembro de 2022

Programa Emprega + Mulheres - O objetivo desse programa visa em manter e incluir mais mulheres no mercado de trabalho. (Lei 14.457)

Criação do Ministério da Igualdade Racial e dos Povos Indígenas, liderado por **Anielle Franco**, negra, e **Sônia Guajajara**, indígena do povo guajajara/teneteara.

16 de Janeiro de 2023

Ministério da Saúde do Governo Lula derruba a Portaria do Aborto.



Sônia Guajajara



Anielle Franco



17 de Janeiro de 2023

Brasil acaba com sua participação no Consenso de Genebra, uma aliança internacional antiaborto e conservadora.

14 de Março de 2023

É assinado o projeto de lei para criação do “Dia Nacional Marielle Franco de Enfrentamento à Violência Política de Gênero e Raça”, em homenagem à vereadora **Marielle Franco** que defendia os direitos das mulheres, negros, pessoas LGBTQIA+ e moradores de favelas no Rio de Janeiro e foi covardemente assassinada em 14 de Março de 2018.

04 de Julho de 2023

Lei 14.614: Garantia a segurança de atletas gestantes e puérperas de continuarem se beneficiando no Programa Bolsa Atleta, oferecendo mais tempo para elas comprovarem seus resultados esportivos.



Arte de Marielle Franco



Marielle Franco em 2016



PARTICIPANTES

Maria Gabriela G. C. A. Bartholomeu | BDL07

Aline Albuquerque dos Angelos | BDL07

Maria Ribas Calvet | TAL09

Vitória Ramos Chaves Da Silva | BDL07

Luiz Antonio Moreira Martins | BDL07

Juliana Kemenes | TAL09